



ACÓRDÃO Nº1013/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11685/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Barreirinha.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Ronan dos Santos Barbosa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3.609/2020, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Barreirinha. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Quitação. Recomendação. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Sr. **Ronan dos Santos Barbosa**, responsável pela Câmara Municipal de Barreirinha, no curso do exercício 2017, tendo como responsável pela contabilidade o Sr. **Dilson Marcos Kovalski**;

10.2. Dar quitação ao Sr. **Ronan dos Santos Barbosa**, Presidente da Câmara Municipal de Barreirinha à época, referente ao exercício de 2017, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.3. Recomendar ao órgão de origem (Câmara Municipal de Barreirinha) que atente com mais rigor ao cumprimento da legislação e praxe administrativa referente aos seguintes pontos:

10.3.1. Empregar maior zelo quanto à obediência aos prazos de publicação referentes ao Relatório de Gestão Fiscal, 1º e 2º semestres, nos próximos exercícios;

10.3.2. Divulgar tempestivamente os dados da gestão fiscal no Portal da Transparência (receitas, despesas e processos licitatórios) nas próximas oportunidades;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº1013/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3.3. Em futuras prestações de contas, atentar, com mais rigor, à apresentação dos seguintes documentos:

10.3.3.1. CPF ou CNPJ dos contratados;

10.3.3.2. Comprovação da publicação do Despacho de Homologação e Adjudicação;

10.3.3.3. Demonstração de que houve acompanhamento e fiscalização da execução contratual por parte de representante da Administração especialmente designado, conforme determina o art. 67, da Lei de Licitação nº 8.666/93.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno, para que officie ao Responsável sobre o teor do Acórdão, acompanhando cópia do Relatório/Voto para conhecimento;

10.5. Arquivar o processo, após cumpridas as formalidades legais.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Novembro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral